Conclusão

Renato da Gama-Rosa Costa
Alexandre Jose de Souza Pessoas

Benedito Tadeu de Oliveira (coord.)

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

COSTA, R. G. R., and PESSOA, A. J. S. Conclusão. In.: *Um lugar para a ciência: a formação do campus de Manguinhos* [online]. Coordinator Benedito Tadeu de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003, pp. 204-211. História e saúde collection. ISBN: 978-65-5708-113-6. <https://doi.org/10.7476/9786557081136.0015>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

A Fiocruz e o Rio de Janeiro

0 1km 2km 3km

Legenda

- Principais Vias
- Campus em 1904
- Campus em 2000
- Perfil em 1900
- Perfil em 2000
- Linha férrea
- Estações até 1886
- Estações até 1910
- Estações Central do Brasil

Conclusão

A Fundação Oswaldo Cruz inicia o século XXI como um complexo organizacional abrangente e diversificado, que tem por missão gerar, absorver e difundir conhecimentos científicos e tecnológicos em saúde, através do desenvolvimento integrado das atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, ensino, produção de bens, prestação de serviços de referência, controle da qualidade e informação. Para chegar a esse modelo organizacional, a Fiocruz percorreu no século XX uma trajetória institucional constituída de ciclos históricos que alternaram períodos de crescimento e de declínio. Os períodos históricos da arquitetura e da ocupação do *campus* de Manguinhos estão diretamente relacionados e praticamente coincidem com a evolução institucional da Fundação Oswaldo Cruz, constituída, em linhas gerais, também por três ciclos históricos distintos.

O primeiro ciclo compreende a origem, em 1889, do Instituto Soroterápico Federal, com suas modestas instalações, a substituição dessas instalações, entre os anos 1904 e 1922, pelo monumental conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos e termina no fim da década de 30, com o processo de inadequação dos espaços e das instalações desse conjunto às exigências da pesquisa e da produção da época. Nesse período prevalece como arquiteto a figura de Luiz Moraes Júnior, e a imagem dominante no *campus* é a do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos, construído no contexto do ecletismo, estilo dominante no início do século XX. O período tem seu momento maior com Oswaldo Cruz na direção do Instituto, época em que a Instituição adquiriu grande autonomia política e financeira, atravessa as décadas de 20 e 30, quando aconteceram grandes alterações no *campus* de Manguinhos sem que os dirigentes conseguissem delimitar os terrenos do IOC, e termina na gestão de Cardoso Fontes, em pleno Estado Novo, momento de perda da autonomia institucional e de decadência física da Instituição.

No momento mítico da história institucional do Instituto, na gestão de Oswaldo Cruz, o estatuto de 1907 garantiu grande autonomia administrativa e financeira em relação ao

Estado. O regulamento de 1908 atrelava o IOC diretamente ao Ministério da Justiça e permitia a venda da sua produção biológica, garantindo ao Instituto recursos suplementares. Essa conjuntura favorável, aliada ao prestígio e à capacidade empreendedora de Oswaldo Cruz e à formação do arquiteto Luiz Moraes Júnior, pode explicar a forma de construção do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos.

Carlos Chagas manteve a autonomia administrativa e financeira do IOC até a década de 20 quando, devido a uma conjuntura de recessão econômica, aconteceu o estrangulamento financeiro do Instituto. As poucas construções não têm as características de monumentalidade das anteriores e, a partir dessa época, os espaços existentes passaram a não atender às demandas do Instituto.

Em 1930, o IOC passou para a jurisdição do Ministério da Educação e Saúde Pública e, em 1931, ganhou novo regulamento. A crise financeira atingiu o IOC a partir daquele ano, até que, em 1937, o ministro Capanema revogou a autonomia financeira e administrativa do Instituto. Esses fatos podem explicar, em parte, a decadência física e os poucos investimentos em infra-estrutura feitos no Instituto Oswaldo Cruz na década de 30. As negociações para a demarcação definitiva dos terrenos do Instituto na gestão de Carlos Chagas foram atropeladas pelo empreendimento da Empresa de Melhoramentos da Baixada Fluminense, em 1927, bem como pela construção do Aero-Clube de Manguinhos, a partir de 1932. A administração de Cardoso Fontes também não conseguiu formalizar a delimitação dos terrenos do Instituto.

O segundo ciclo histórico pode ser entendido como aquele que se inicia na gestão de Henrique Aragão, durante o Estado Novo, e termina na gestão de Oswaldo Lopes da Costa, no fim do Governo Médici. Henrique Aragão deu início a um processo de recuperação institucional com a consolidação definitiva dos limites do *campus* de Manguinhos e com a modernização de suas instalações, através da construção da série de pavilhões modernistas. Ele utilizou a arquitetura de vanguarda da época e teve o apoio do ministro Gustavo Capanema, defensor e admirador dos ideais modernistas. A maioria dos projetos dessa época foi desenvolvida por arquitetos da Divisão de Obras do Ministério da Educação e Saúde.

A partir da década de 60, edifícios de outros órgãos do Ministério da Saúde foram construídos nos terrenos do IOC, demonstrando a fragilidade da Instituição, sobretudo ante o regime militar. Esses órgãos do Ministério da Saúde e outros institutos de pesquisa dos estados foram incorporados a uma estrutura maior com a criação da Fundação Instituto Oswaldo Cruz, em 1970.

Após o golpe militar de 1964, o IOC foi atingido por diversas crises institucionais, culminando, em 1970, no episódio conhecido como O Massacre de Manguinhos. Nesse ciclo, o conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos passou a conviver, em um primeiro momento, com os pavilhões modernistas e depois com uma variedade de edificações contemporâneas.

A construção dos pavilhões modernistas e a modernização das instalações do Instituto foram executadas por Henrique Aragão, graças aos recursos financeiros recebidos pelo IOC após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Todavia, é graças também ao empenho pessoal e à capacidade administrativa de Aragão que o *campus* de Manguinhos foi arborizado e teve a demarcação de seus limites físicos formalizada em 1948.

Nas décadas de 50 e 60, o Ministério da Saúde investiu em instalações para a produção de vacinas, bem como na construção de novas edificações, algumas sem vínculo administrativo com o Instituto, dando início à diversificação da arquitetura do *campus* de Manguinhos. Nessa época, as dissidências internas, sobretudo dos cientistas ligados às atividades de pesquisa, contribuíram para o enfraquecimento do Instituto Oswaldo Cruz. Durante o regime militar, nas gestões de Rocha Lagoa, primeiro como diretor do Instituto e depois como ministro de Médici, o IOC viveu seu maior momento de crise, consumado com o expurgo de dez dos seus mais importantes cientistas. A crise institucional refletiu diretamente no estado de conservação do *campus* e levou à deterioração dos edifícios, ao abandono de suas instalações e à decadência de sua infra-estrutura física.

No final do Governo Médici, o *campus* da Fundação Oswaldo Cruz encontrava-se mais uma vez em acelerado processo de decadência física.

O terceiro ciclo histórico, que ainda prossegue, pode ter tido seu início estabelecido na gestão de Vinícius Fonseca quando, por empenho do Governo Ernesto Geisel, começou

o processo de recuperação da infra-estrutura física do *campus* de Manguinhos. Com a redemocratização do País em 1985, na gestão de Antônio Sergio da Silva Arouca, novas unidades foram criadas, elaborou-se o projeto de um novo estatuto e deu-se início ao processo de revitalização e de democratização da Instituição. Na administração Sergio Arouca foi implantado o programa de restauração e de conservação do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos, e a partir da década de 90 houve grande expansão física da Fiocruz, através da intensificação das construções e do adensamento do *campus* de Manguinhos. A arquitetura produzida nas últimas décadas em Manguinhos é bastante diversificada nas suas concepções e utiliza uma grande variedade de formas, materiais de construção e sistemas construtivos. Os projetos dos edifícios construídos nesse período foram desenvolvidos por empresas privadas contratadas pela Fiocruz, como a Serviços e Projetos Ltda. (SPL), a Internacional de Consultoria Planejamento (Icoplan), Companhia Brasileira de Projetos Industriais (Cobrapl),¹¹⁹ Projetos Arquitetos Associados Ltda. (Paal), assim como pelos arquitetos da antiga prefeitura do *campus*, hoje Dirac, e pelos arquitetos do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz. Isso também contribuiu para a formação da grande diversidade de expressões arquitetônicas observada nas construções contemporâneas da Fiocruz. No entanto, no seu primeiro centenário, é possível identificar os seguintes grupos de construções: os edifícios do início do século XX em estilo eclético; os pavilhões modernistas construídos entre os anos de 1944 e 1955; os edifícios modernos construídos entre os anos de 1956 e 1972; os edifícios em concreto aparente pré-fabricados ou construídos em argamassa armada e, por fim, os edifícios que usaram como referência nas suas concepções a arquitetura do início do século XX. Um grande número de construções do *campus* de Manguinhos não se enquadra em nenhum desses grupos.

O tombamento do conjunto arquitetônico histórico em 1981, a delimitação da sua área de entorno para preservação ambiental em 1986 e o desenvolvimento do Plano Diretor em 1988 trouxeram novos elementos para a discussão da forma de ocupação do

¹¹⁹ Empresa ligada à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), ainda em atividade.

campus de Manguinhos, numa tentativa de coordenar os esforços de preservação do patrimônio cultural e de expansão espacial da Fiocruz.

O tombamento de 1981 revelou-se instrumento eficaz na normatização das intervenções de restauração e de conservação do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos. A partir de 1987, todos os projetos de intervenção foram aprovados pelo Iphan e elaborados criteriosamente, obedecendo aos princípios modernos da restauração. A delimitação da área de entorno do conjunto arquitetônico tombado para preservação ambiental também revelou-se eficaz, e as poucas intervenções ocorridas nessa área, a partir de 1986, respeitaram também os princípios modernos da preservação de bens culturais. A área arborizada, que representa aproximadamente um terço da área total do *campus* de Manguinhos, constitui hoje um dos poucos ‘pulmões verdes’ ainda existentes na região onde está instalada a Fiocruz. O tombamento do Inepac, em 1998, garantiu maior proteção dos principais edifícios modernistas da Fiocruz.

O Plano Diretor, elaborado em 1988 para ordenar a ocupação espacial e a expansão das redes de infra-estrutura do *campus* de Manguinhos, não foi plenamente assumido como instrumento de planejamento nem chegou a ser aprovado pelo conselho deliberativo da Fiocruz. A câmara técnica de infra-estrutura criada para discutir as metas físicas da Fiocruz funcionou durante pouco tempo, e parte de suas orientações não foi colocada em prática.

Nos últimos anos, a ocupação do *campus* se deu, em grande parte, por meio de iniciativas isoladas das unidades, discutidas e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Fiocruz, e a implantação dos programas de expansão das unidades gerou projetos técnicos que não foram desenvolvidos em total consonância com o Plano Diretor.

Os principais problemas do *campus* de Manguinhos, atualmente objeto de maior atenção dos dirigentes da Fiocruz e que estão sendo tecnicamente solucionados, são:

- grande demanda de estacionamentos não atendida, principalmente para os usuários da Ensp, de Far-Manguinhos e dos edifícios que compõem o conjunto arquitetônico histórico;
- envelhecimento da infra-estrutura – redes de água e esgoto – e necessidade de readequação da rede elétrica e de implantação de sistema de aterramento, em virtude do crescimento das atividades da Fiocruz;

- expansão comprometida do IOC, do INCQS, de Far-Manguinhos e de Bio-Manguinhos, devido à carência de espaços;
- carência de vias apropriadas para pedestres; falta de padronização dos calçamentos das vias públicas, bem como dos sistemas de fechamento dos limites da Instituição;
- necessidade de um maior alinhamento entre o projeto institucional e o projeto de expansão física da Fiocruz.

Atualmente a Fiocruz encontra-se em fase de expansão institucional, e o *campus* de Manguinhos está em processo de saturação física. Além da carência de espaços, existe a impossibilidade de construção na área verde e as limitações de altura das novas edificações para não interferir na visibilidade do conjunto arquitetônico tombado. Hoje, a tendência para resolver o problema da necessidade de expansão física da Fiocruz é a do crescimento vertical. O primeiro edifício a inaugurar essa tendência deverá ser o do INCQS, com projeto em andamento para a sobrelevação de dois de seus blocos. Por outro lado, a discussão para a ocupação do terreno onde hoje está implantado o campo de futebol, originalmente destinado à construção do complexo de Difusão Científica do Museu da Vida, projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, ainda não conta com a ampla participação dos técnicos e da comunidade da Fiocruz. A outra alternativa é a proposta de destinação da área para os projetos de expansão de Bio-Manguinhos. Uma abertura maior acerca dessa discussão pode levar a soluções técnicas que atendam tanto às necessidades de expansão física da Fiocruz quanto à preservação da área destinada à construção do complexo de Difusão Científica do Museu da Vida. A implantação desse projeto no início do século XXI pode ter um impacto no *campus* da Fiocruz semelhante àquele originado no início do século XX, com a construção do conjunto arquitetônico histórico de Manguinhos. Pelas suas características espaciais e pela qualidade do programa adotado, permitiria ainda uma grande integração entre o *campus* de Manguinhos e a cidade do Rio de Janeiro.

Além das questões técnicas que estão sendo solucionadas no *campus* de Manguinhos, existem ainda aquelas relacionadas aos outros *campi* da Fiocruz, (Anexo II) como: expansão física do Instituto Fernandes Figueira (IFF), necessidade de restauração do

Palácio Itaboraí em Petrópolis e destinação de uso para a parte da colônia Juliano Moreira, cedida pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro à Fiocruz.

A solução dessas questões poderá ser facilitada pela reativação da câmara técnica de infra-estrutura ou pela criação de uma outra instância de decisão que garanta a participação efetiva do corpo técnico e de representantes da comunidade da Fiocruz. O Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 –, que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, estabelece a gestão democrática, com a participação de todos os cidadãos em todas as políticas de desenvolvimento urbano. Também é essencial que a revisão e a atualização do antigo Plano Diretor, que estão sendo iniciadas, sejam assumidas pela Fiocruz, após a sua conclusão, como importante componente do sistema de planejamento da Instituição. No novo Plano Diretor é importante a elaboração de diretrizes para os projetos de reforma, visando salvaguardar o patrimônio arquitetônico da Fiocruz e, desse modo, evitar alterações de estilo das edificações existentes. Além disso, são necessárias diretrizes para os projetos de novas construções, de modo a inseri-las harmoniosamente no ambiente circundante.

Um alinhamento preciso do projeto de expansão institucional com o programa de expansão espacial do *campus* de Manguinhos é um dos muitos desafios que a Fiocruz terá de enfrentar no início do século XXI.